

“Aprendendo a escutar”:

Infância, gênero e subjetividade em duas¹ biografias norte-americanas de crianças transgênero²

Luiza Ferreira Lima (PPGAS/USP)³

Palavras-chave: Biografias; Transgeneridade; Infância.

Este trabalho se propõe a iniciar uma investigação sobre elementos organizadores da composição literária que visam dar inteligibilidade e legitimidade ao processo de formação e reivindicação de identidade de gênero de crianças transgênero⁴ em biografias estadunidenses. Parte de minha pesquisa de doutorado, que se debruça, em perspectiva comparada, sobre processos de subjetivação inscritos em e produzidos por biografias e autobiografias elaboradas por ou sobre pessoas trans e publicadas no Brasil e nos Estados Unidos, aqui me concentro em 2 obras: “Raising My Rainbow: Adventures in raising a fabulous, gender creative son”, de Lori Duron (2013); e “Raising Ryland: Our story of parenting a transgender child with no strings attached”, de Hillary Whittington e Kristine Gasbarre (2015).

Escritos por mães e publicados nos últimos anos, tais livros surgem em um momento de intensificação do debate público sobre a articulação entre infância e transgeneridade nos Estados Unidos, e de acirramento de conflitos jurídicos levados a cabo em reivindicação de direitos referentes à identidade de gênero de crianças transgênero, em especial no contexto escolar – como envolvendo uso de nome social e pronomes escolhidos pelas crianças em documentos institucionais, acesso a banheiros, prática de educação física e enfrentamento de segregação e bullying. Subjacentes a essas dissidências estão sentidos não só de permanência ou transitoriedade

¹ Fui obrigada a mudar a quantidade de obras analisadas aqui. Ao longo do processo de análise do material, percebi que em três delas a narrativa abrangia a adolescência e a idade adulta do/a filho/a transgênero. Em virtude disso, não correspondiam a meu recorte. Deste modo, mantive a obra que tratava unicamente da infância da pessoa trans e acrescentei outra de mesmo perfil.

² Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

³ Bacharel em direito e ciências sociais pela Universidade de São Paulo. Mestre e doutoranda em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP (PPGAS/USP). Agradecimentos à FAPESP pelo financiamento da pesquisa de doutorado da qual decorreu este artigo (processo N° 2016/23516-0). Ressalto que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

⁴ No Brasil não se usa a categoria “transgender”, “transgênero” em sua tradução para o português; o movimento trans nacional adotou os termos “mulher transexual”, “travesti”, “homem trans” e “pessoa não binária”. Emprego “transgênero” ao longo do texto porque é a adotada nos Estados Unidos, país de origem das biografias que analiso aqui. Há muita discordância na militância trans norte-americana quanto a como definir a categoria “transgender”. Aqui, valho-me de uma definição mais ampla da ONG estadunidense National Center for Transgender Equality: transgeneridade se refere a uma identidade de gênero assumida por um sujeito que é diferente da esperada conforme o sexo assignado a ele ao nascer. Ver mais em: <https://transequality.org/issues/resources/frequently-asked-questions-about-transgender-people> (último acesso em 31/10/18)

de gênero, seu aspecto natural ou socialmente construído, bem como modelos de feminilidade e masculinidade, mas também sentidos de infância – constituídos por pressupostos de (in)capacidade de entendimento do mundo social, (in)comunicabilidade e (ausência de)autoconsciência. De que modo as publicações citadas reagem a esse contexto social tenso e a esses sentidos?

Considerando condições histórico-sociais que estruturam a existência da produção literária, este trabalho é norteado pelas seguintes questões – ciente, contudo, da impossibilidade de responder todas satisfatoriamente no limite dessas páginas: quais representações de pessoa, infância e transgeneridade são reproduzidas e quais são questionadas nestas duas obras? Quais regimes de discursividade são acionados e quais são afastados? O que essas crianças estão comunicando sobre si, quem são e como vivenciam o gênero, quem as está levando a sério e quais são as estratégias narrativas mobilizadas pelas autoras para fazer com que o dito seja não só compreendido mas também a ele se atribua aceitabilidade? De que modo a relação entre mãe e filho marca os motivos e os caminhos da escrita e quais os efeitos desejados que esses textos assinalam em termos de constituição da subjetividade política destas crianças?

Parto de dois pressupostos teórico-metodológicos aqui – um em termos de infância e crianças e o outro, em termos de gênero. No que toca ao primeiro, evidentemente não pretendo defender um conceito fechado; apenas tomo como ponto de partida que sentidos atribuídos à infância são histórica e socialmente situados, bem como experiências de crianças são diversas – em recusa, portanto, a definições universais –, e que uma pesquisa ética que reconheça crianças como interlocutoras deve considerar não apenas diferentes graus de vulnerabilidade, mas também de agência conforme contingências sociais, assim como seus efeitos nas relações que estabelecem com adultos (BLUEBOND-LAGNER; KORBIN: 2007: 242).

Diante de um material de pesquisa sobre crianças, mas não escrito por elas – e sim por suas mães – tento ter como norte de pesquisa uma leve torção do argumento de Allison James: assim como as mães de Ryland e C.J., quero escutar suas vozes, ainda que elas me sejam apresentadas indiretamente. Não vejo isso como uma limitação; “ouvir suas vozes” leva em conta não apenas um aspecto literal, mas também “explorar a natureza da ‘voz’ que se atribui a crianças, como essa voz simultaneamente molda e reflete as formas como a infância é entendida e, portanto, os discursos nos quais crianças se encontram em qualquer sociedade.” (2007: 266).

O que me faz, por sua vez, passar ao pressuposto referente a gênero. Falar de transgeneridade implica também falar de gênero e suas possibilidades de transição, as prescrições e expectativas construídas, e os regimes de moralidade que participam da articulação entre saúde e doença, aparência e verdade, essência e “fase” – de modo geral, o que é aceitável e o que não é. Entendo “gênero”, aqui, seguindo Teresa de Lauretis, como “produto e processo de um certo

número de tecnologias sociais”, não o tomando como “uma propriedade dos corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, ‘o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais’” (1994:208). Sua construção se dá a partir de práticas, discursos e instituições, dispositivos de poder e saber que elaboram, administram e integram enunciados de verdade (PRECIADO, 2017).

Especificamente falando de uma investigação sobre narrativas de vida de pessoas trans, saliento que vejo este campo da mesma forma que Don Kulick ao pesquisar o modo como travestis em Salvador vivem, pensam e falam sobre sua existência: como “um ponto privilegiado de observação dos modos como sexo e gênero são concebidos e praticados na vida cotidiana” (2008:27) e como as vivências narradas e as elaborações sobre estas reproduzem, elaboram, esclarecem e subvertem sentidos e práticas socialmente compartilhados de masculino e feminino. Essas duas crianças, C.J. e Ryland, interagem com a categorização generificada de objetos, comportamentos e corpos, apreendem-na e negociam com os sentidos de modo a dar inteligibilidade e exprimir a si mesmos. Nesse processo, reorganizam e deslocam essa mesma categorização generificada, produzindo reiteraões de significado e ressignificações entre as pessoas com as quais convivem – não só em termos de gênero, mas de infância e personitude.

Os sentidos do que é subjacente

“Raising my rainbow” (2013) é uma biografia escrita por Lori Duron sobre a descoberta da não-conformidade de gênero de seu filho⁵, C.J., como ele desenvolveu e articulou seu desejo e identificação com a feminilidade e o modo como a mãe e o resto da família lidaram, por quase três anos, com isso.

A história começa quando, limpando seu armário, Lori encontra uma antiga boneca Barbie – algo que fez parte de suas brincadeiras de infância. C.J., então com dois anos e meio, vê a boneca e imediatamente fica encantado⁶; toma-a para si e não larga por meses. O apaixonamento crescente

⁵ C.J. foi assignado do sexo masculino ao nascer; a mãe usa a expressão “gender nonconforming”, em tradução “não-conformidade de gênero”, para referir-se a ele – algo que ela define, com base em uma página da Wikipedia, como “phenomenon in which pre-pubescent children do not conform to expected gender-relates sociological or psychological patterns, and/or identify with the opposite gender (...)” (ibid.: 61) Conquanto a narrativa consistentemente apresente esse desejo e identificação de C.J. com a feminilidade, Lori se refere a ele no masculino ao longo do livro inteiro e respeito isso também usando termos no masculino. A referência generificada ocorre de modo distinto em “Raising Ryland”: durante quase metade do livro, a autora e mãe de Ryland, Hillary Whittington, refere-se a ele conforme o sexo assignado ao nascer – no feminino. A partir do momento em que aceita e reconhece sua identidade masculina, começa a usar pronomes e termos no masculino para se referir ao filho.

⁶ “O QUE É ISSO?!” Eu oscilei e quase caí da escada com o grito de C.J. ‘É uma Barbie,’ eu disse, recuperando o equilíbrio. (...) ‘Eu quero abrir ela!’ Ele declarou. Segurava a caixa enquanto pulava pra cima e pra baixo, pra cima e pra baixo, pra cima e pra baixo. Estou certa que ele causou uma concussão na Barbie.” (ibid.: 5). E também: “(...) eu via minha criança absorta brincando com a Barbie, porque esse era o momento quando estava verdadeiramente feliz. Era quando o sorriso em seu rosto era o mais iluminado. Era quando tudo parecia certo no mundo.” (ibid.: 15)

por brinquedos considerados “de menina”, algo nunca antes visto no garoto quando ganhava equivalentes masculinos, intriga a mãe e preocupa o pai. Enquanto tentavam inicialmente estabelecer regras quanto a onde e como brinquedos “de menina” eram permitidos (dentro de casa; depois, fora de casa, mas apenas em locais em que não havia conhecidos; e então em casas de parentes próximos) e eventualmente passavam a aceitar que ele brincasse com o que quisesse publicamente porque o fazia feliz, C.J. começou também a se interessar por roupas femininas, e demandar que pudesse usá-las:

Logo depois do dia em que C.J. pegou meu top laranja e nunca devolveu, ele estava na casa da vovó cozinhando quando colocou seu avental preto e branco de bolinhas e se recusou a tirá-lo quando era hora de ir para casa. Ele o usou pra ir dormir e sempre que estávamos em casa por duas semanas seguidas. Combinava-o com meus sapatos de salto alto Mary Jane de couro vermelho, um de meus braceletes prateados e uma calculadora como seu celular. Dizia que era “mamãe indo trabalhar”.

(...) Usava as calças de pijama na cabeça, fingindo que as pernas eram longas tranças pendendo. Com minha aprovação relutante, começou a ganhar roupas aleatórias de segunda mão femininas: um vestido de daminha da minha afilhada e botas da Sininho de uma vizinha. Peça por peça seu guarda-roupa se expandia⁷. (ibid.: 28)

A primeira assunção dos pais era a de que essa seria apenas uma fase; com o tempo, foram percebendo que não. Em verdade, à medida que C.J. foi conhecendo o que seriam coisas “de menina” e se apaixonava por elas⁸, expandindo seu horizonte de possibilidades, criava ainda mais confiança para demandar uma rede maior de elementos, práticas e comportamentos convencionalmente considerados femininos – brinquedos como bonecas, festas de aniversário com temática de princesas da Disney, uso de roupas como saias e vestidos e desempenho de exercícios tal qual o balé: “(...) era parte dele. Começamos a reconhecer que nosso filho era efeminado (...), ele era ‘no fundo uma garota.’” (ibid.: 33)

Ao longo do livro, dividido em 36 capítulos curtos, a autora narra de que modo a crescente expressão da não-conformidade de gênero de seu filho desencadeou séries de transformações: em suas expectativas em torno de um filho assignado do sexo masculino ao nascer; nas experiências

⁷ Como os dois livros que analiso aqui são em inglês, ao longo deste paper fornecerei sempre uma tradução livre de excertos citados no corpo do texto.

⁸ Lori Duron conta ao longo do livro que C.J. era submetido a um ambiente eminentemente “masculino”: tem um irmão mais velho que se conformava bastante a expectativas de masculinidade e os presentes e roupas que C.J. ganhava eram escolhidos com base no gosto desse irmão. Raramente frequentavam setores femininos de vestuário e brinquedos nas lojas. Uma das cenas mais bonitas do livro é a primeira vez em que C.J. caminha por um corredor de brinquedos “de menina” em uma loja de departamento: “Eu o conduzi ao corredor apropriado e ele ficou lá paralisado, estupefato, sem tocar em nada, só absorvendo tudo. Ele estava tão impressionado que não me pediu para comprar nada. Finalmente caminhou pelo corredor, emudecido, como se tivesse visto algo tão mágico e majestoso que precisava de tempo para processar. (...) Nunca tínhamos caminhado por aqueles corredores; só frequentado os azuis (...). Eu tinha escondido metade do mundo dele. Me sentia mal sobre isso.” (ibid.: 9-10).

do filho mais velho, Chase, que passou a sofrer gozações de colegas por conta da expressão de gênero do irmão; nas formas de acessar serviços de educação e saúde; na rede de afetos em que ela e seus filhos estavam envolvidos; e em seus pressupostos de gênero, identidade de gênero e sexualidade. Mas o livro também é um relato emocionado de uma mãe que percebe seu filho cada vez mais feliz e confiante, confortável consigo mesmo e seguro para reivindicar o que deseja conforme a família reconhece, acolhe e celebra sua identidade de gênero.

O mesmo ocorre em “Raising Ryland” (2015), escrito por Hillary Whittington. Esta, mãe de Ryland, narra de modo talvez menos leve e mais consciencioso a dificuldade de Ryland em se expressar, bem como da família em escutá-lo, atribuir sentido ao que comunicava e reconhecer a seriedade disso. Também nos apresenta as dificuldades enfrentadas pelo garoto e pela família como um todo a partir da tomada de decisão de assumir publicamente a transgeneridade dele.

Assim como em “Raising my rainbow”, o processo de tomada de consciência relatado é tão extremamente pessoal – a angústia de seu filho muito jovem quando foi categorizado de um modo a ele ininteligível, bem como os conflitos dos pais ao tentarem entender esse sofrimento e suas próprias concepções de infância e gênero. Ao mesmo tempo, o contato que eventualmente buscaram com o movimento LGBTQ (e com “Raising my rainbow”, obra que Hillary leu avidamente e cita como uma referência importante em seu livro) para tentar dar inteligibilidade ao que estava ocorrendo com Ryland os fez perceber que havia recorrências nesses processos tão singulares – mesmas dificuldades dos pais de evidenciar e questionar pressupostos normativos, mesmas experiências sofridas por crianças de discriminação e preconceito. A escrita se torna um modo de, partindo do particular, revelar que subjetividades trans são comuns e questionar padrões de gênero tomados como universais e naturais.

Hillary, mulher cisgênera⁹ criada em uma família extremamente religiosa e eleitora do partido republicano, casada com um homem cisgênero e heterossexual (apresentado como correspondendo a modelos normativos de masculinidade) e mãe de dois filhos, na biografia narra os primeiros 7 anos de vida de sua criança mais velha, Ryland, que nasceu surda e assignada do sexo feminino. Após a implantação de um dispositivo coclear quando tinha um pouco mais de um ano e com o desenvolvimento da fala, Ryland torna cada vez mais inequívoco seu interesse por brinquedos e roupas masculinos, e pelo desejo de ser vista como um menino.

⁹ O termo “cisgênero”, de acordo com A. Finn Enke (2013), tem origem latina como um prefixo – “cis” – que designa coisas que se mantêm, não têm mudanças de propriedade. No que toca à identidade de gênero, ele denotaria a condição de pessoas que mantêm a identidade de gênero a elas atribuída ao nascer, ou a congruência entre esta e atributos corporais compreendidos como característicos de um determinado gênero. Em outras palavras, o termo sinalizaria estabilidade e pertencimento a um rol de parâmetros de gênero definidos ao passo que “trans”, seu aparente oposto, sinalizaria mudança, trânsito ou transformação destes parâmetros. Seu uso, como sugere Enke, está em constante reelaboração e disputa no cenário de estudos trans*, embora seja comumente empregado.

“Raising Ryland” conta, em 253 páginas e 19 capítulos extensos, o processo de reconhecimento pelos pais da identidade de gênero de Ryland, de aquiescência em deixá-lo viver como menino e de envolvimento em práticas cotidianas que tornassem sua vida vivível, protegida, com o mínimo de sofrimento possível nos diferentes âmbitos de convivência: entre familiares e vizinhos, na escola, nas equipes de esporte que praticava.

Um dos primeiros elementos de aproximação entre as duas obras é a apresentação do processo de transição das crianças não como uma tomada de consciência, por elas, de sua identidade de gênero; mas sim como um processo de abertura à escuta, pelos pais, da verdade que seus filhos já sabiam e afirmavam convictamente. O amadurecimento e a resolução de conflitos internos que levam a uma transformação pessoal, comum em biografias, não se dão eminentemente (embora existam) com os principais biografados – a saber, C.J. e Ryland. Se dá com seus pais. O processo enfrentado pelas crianças se dá muito mais em termos de conhecer outras formas possíveis de se vestir, agir, e expressar a si mesmos que não em termos do que aprenderam como evidentes em virtude do sexo a eles assignado, e em termos de fazer suas escolhas serem consideradas legítimas.

Lori Duron, em “Raising My Rainbow” (2013), revela logo nas primeiras páginas que o livro abarca uma trajetória articulada mas distinta:

Inicialmente, a visão de nosso filho brincando com brinquedos de menina ou usando roupas de meninas causava um aperto em nosso peito, forjavam um nó em nossas gargantas, e, às vezes, faziam com que quiséssemos escondê-lo. Havia raiva, ansiedade, medo. Nós evoluímos como pais à medida que nosso filho mais novo evoluía como uma pessoa vibrante, fascinante que é criativa com gênero. Às vezes, quando penso como nos comportamos como pais no início da não-conformidade de gênero de C.J., sinto vergonha e embaraço. (ibid.: 4)

Vemos que ela e o marido têm uma jornada marcada por um conflito em relação ao filho que os confunde, que os faz agir de modo que aos poucos vão percebendo ser inadequado e que então é resolvido. Esta jornada leva a seu crescimento como pais; já a de C.J. não responde à mesma lógica “conflito-enfrentamento-resolução-madureza”. A dele é um caminho linear de expansão de sua expressão de gênero como pessoa – não em termos convencionais de crescimento individual “de dentro para fora”, como veremos, mas de fazer-se ouvir e reconhecer nas relações que estabelece, com os pais mas não só.

A explicitação desse caminho geral duplo e diferenciado talvez ganhe maior concretude a partir de um caso particular. No primeiro natal após as manifestações iniciais de não-conformidade de gênero de C.J., antes de ele completar 3 anos, os pais decidiram lhe dar presentes “neutros”: um carrinho de criança azul e uma boneca bebê vestida de azul com um carrinho branco para

colocá-la. C.J., cada vez mais apaixonado por brinquedos tipicamente femininos e pela cor rosa, decepciona-se:

Ele não ficou nem um pouco entusiasmado com seus brinquedos novos, e o sentimento de desapontamento que emanava dele conforme a hora de dormir se aproximava fez com que eu quisesse remover todas as decorações de natal e esquecer o feriado. (...) Matt e eu fomos dormir naquela noite de natal nos sentindo horríveis, como se tivéssemos traído nosso filho. (...)

“Bom, nós realmente fizemos besteira dessa vez”, Matt disse.

“Eu sei, mas é tão difícil saber o que fazer. Ele nunca gostou de nenhum brinquedo, então não sabemos se isso [gostar de brinquedos “de menina”] é só uma fase”. (...)

“Ano que vem não faremos o mesmo”.

Eu assenti com a cabeça, concordando. Esperançosamente no ano seguinte nosso filho já teria se resolvido. Agora olho para trás e percebo que eram nossos sentimentos – não nosso filho – que precisavam ser resolvidos. (ibid.: 16-17)

A autora seguidamente afirma que os que experienciaram desorientação e foram instados a rever os sentidos que organizavam sua existência foram ela e seu marido, não C.J.; a criança não apresentava dúvidas quanto a quem era e o que desejava, a partir do momento em que soube qual era seu campo de possibilidades. O que ocorreu com ela nos dois anos e meio descritos no livro foi o amadurecimento das formas de expressar sentimentos, vontades e aspectos de si. Donde a imperatividade da revisão de sentidos por parte da mãe e do pai – para dar inteligibilidade ao dito pelo filho.

Essa também é uma afirmação constante feita por Hillary Whittington em “Raising Ryland” (2015): Ryland literalmente reaprendeu maneiras de reorganizar sua comunicação, após quase um ano de surdez absoluta sem que a família o soubesse. Se antes, com gestos, já recusava roupas e brinquedos sem, contudo, conseguir explicar o porquê, o aprendizado da fala e o seu domínio o dotaram de instrumentos compartilhados com os pais que permitiram-no fazer-se cada vez mais inequivocamente manifesto¹⁰ no que toca à “verdade de si” – para usar os termos de Hillary.

O caminho dos pais foi o de ouvir o que ele diz e buscar mecanismos de compreender o que esse dito significava. Também se tratava, para que a compreensão ocorresse, de rever padrões de gênero e sexualidade que tomavam como naturais – e a partir daí, resolver permitir que o filho

¹⁰ Isso não significa dizer que, caso fosse surdo, seria impossível se comunicar; uma declaração deste tipo seria capacitista. Apenas represento o argumento delineado por Hillary Whittington, conforme seu caso particular: ela e o marido descobriram a surdez de Ryland e logo se empenharam para verificar a segurança e a possibilidade de realização da cirurgia de implantação do implante coclear. Chegaram a aprender e desenvolver o uso de linguagem de sinais por muito pouco tempo, até a realização da cirurgia e durante o aprendizado da fala por Ryland. Se ele continuasse surdo, evidentemente aprimorariam formas eficientes de comunicação.

seja quem é e dar-lhe mecanismos de ocupar o mundo e expressar sua subjetividade com liberdade e segurança. O prólogo do livro já nos apresenta esse eixo narrativo:

O momento em que soube que não poderíamos mais ignorar a jornada de Ryland ocorreu (...) depois que ele me disse que esperaria que nossa família morresse para cortar o cabelo. Para ele, apenas se libertando das próprias pessoas que mais o amavam seria possível ele existir no exterior do mesmo modo como era no interior. (...) Mas não havia como lutar contra isso. (...) Praticamente logo que foi capaz de ouvir nossas palavras e se comunicar conosco verbalmente, ele precisava que escutássemos a verdade que estava tentando expressar: “Eu sou um menino”, nossa criança nos dizia, embora Ryland tivesse sido assignado do sexo feminino ao nascer. Se tornou impossível convencê-lo do contrário. Depois de muito conflito, muitas noites insones, e pilhas de livros escritos por psicólogos comportamentais, especialistas em gênero e pessoas que elas mesmas passaram por transições de gênero, nós soubemos que tínhamos que permitir que nossa filha se tornasse nosso filho. (...) o conhecimento de Ryland sobre quem é nunca titubeia. (ibid.: 1-3)

Esse duplo processo serve para pensar quais os sentidos que subjazem nosso entendimento do que seria uma biografia. Ao longo da história do gênero, a estrutura narrativa encontrou certas convenções: o relato de enfrentamento, por um indivíduo-herói, de uma série de conflitos com a finalidade de transmitir valores edificantes a gerações seguintes; a história de um percurso que por um sujeito que ilustra o comportamento médio de categorias sociais específicas; a manifestação de um processo reflexivo, crise pessoal de um indivíduo singular (DOSSE, 2015). Seja qual for a estrutura adotada e o sentido atribuído ao protagonista, a biografia era pensada como escrita da vida de uma pessoa. Mas o que ocorre quando em uma só obra essas estruturas coabitam conforme os diferentes sujeitos em foco, relacionados?

Digo isso porque embora tenha apresentado os livros como biografias de crianças, em verdade o que quis dizer com o termo é que estes são os sujeitos principais das histórias contadas. Mas suas vidas não são as únicas narradas, e apenas têm sentido em relação com as de outros sujeitos cujas trajetórias também ocupam as linhas das obras. Em especial no que toca aos pais, e com mais especificidade às mães autoras, não se trata de dizer aqui que as vidas dos pequenos são definidas por elas como uma força exterior e superior, sobre a qual eles se assujeitariam passivos, uma ordem exercida sobre crianças assim como ao longo da história das biografias houve modelos narrativos de determinação do social sobre o indivíduo. Cada uma dessas duas biografias narra diferentemente experiências de vida distintas, contendo e conectando relações, percepções, associações de eventos e modos de significação e valoração criados pelos sujeitos envolvidos. A orientação se dá em direção às relações que, no ato de contar, constituem sujeitos. As relações os transformam mutuamente, e de modo diferencial – quanto aos pais, o modelo do conflito. Quanto aos filhos, o modelo da expansão de si – já que não há dúvidas do que ele seja..

Essa defesa da certeza de si que teriam inclusive se opõe a críticas feitas por familiares, amigos e conhecidos de que a identidade de gênero masculina dos meninos seria resultado de algum tipo de desejo das mães imposto sobre a criança – como, por exemplo, no caso de Hillary, querer ter um filho menino e de Lori, querer ter uma filha menina ou um filho gay – ou de uma leniência em dar-lhes muita liberdade e não estabelecer limites. Lori foi bastante criticada por familiares e conhecidos, como se tivesse causado a identidade de gênero e expressão de C.J.¹¹.

Já no caso de Hillary, seu próprio marido, por certo tempo, compartilha da opinião de que ela estaria mimando Ryland e, por isso, ele reagiria com tanta contundência quando elementos de masculinidade lhe eram negados. Hillary se exaspera, já que ele tem uma rotina de trabalho puxada e não passa tempo suficiente em casa para perceber que ela não está mimando a criança; está tentando ouvir e reconhecer o que Ryland tem a dizer sobre si, bem como levar esse dito a sério como o faria com qualquer adulto:

Para as outras pessoas, eu deveria ter essa criança sob controle, mas Ryland é muito forte, auto-consciente e transparente quanto ao que quer, Ademais, a meu ver, ela não está sendo *desobediente* – é geralmente uma criança incrivelmente doce e amável que tem consideração pelos outros, e tem escuta em qualquer outra situação que não as referentes a suas roupas. Ela só expressa quem é através de sua aparência externa, como todos nós. *Ela quer se vestir como um garoto.* (itálico no original) (ibid.: 88)

Hillary apresenta essa compreensão que tem da manifestação da identidade de gênero de sua criança quase como algo intuitivo; como um sexto sentido que a permitiria saber que não está diante de um erro ou desvio de seu filho, mas da expressão de algo que o define – incontornável, e, portanto, não reputável em termos de certo ou errado. Trata-se apenas de quem é. Ela chegou a encomendar e ler livros de especialistas de estudos de gênero e psicoterapeutas que a ajudaram a compreender o processo psíquico pelo qual seu filho passou (ibid.: 103).

Exemplos de outras crianças que passaram por processos similares, como um dos filhos de Brad Pitt e Angelina Jolie, Jazz Jennings¹² e o próprio C.J. em “Raising my rainbow”, bem como de outros pais em grupos de apoio que depois começaram a frequentar, mostram a Hillary e seu marido que transição de gênero é algo mais comum do que imaginariam; também permitem que

¹¹ “I’ve had people accuse me of desperately wanting my son to be gay and trying to make him that way. (...) I have never wanted either of my sons to be gay. (...) I am a mother, and I have the same primal wants for my children that every parent has: health, happiness, safety, length of life, etc. (...) I’d like the challenges that they encounter to be fair, surmountable, and just frequent enough to make them strong. (...) I don’t wish for them to have to endure unnecessary hardships in life.” (ibid.: 78)

¹² Jazz Jennings é uma menina transgênero estadunidense que alcançou considerável notoriedade ao aparecer, com apenas 7 anos, em programas de televisão de veiculação nacional, como 20/20 e The Rosie Show. Aos 11 anos, ela e sua família lançaram o documentário “I am Jazz: A Family in Transition”. Também fundaram ONGs. Em 2016, já com 16 anos, publicou o livro: “Being Jazz: My life as a (transgender) teen”. Ela e sua família são bastante engajados na luta por direitos de pessoas trans no país, e ela já foi nomeada embaixatriz do Human Rights Campaign.

ambos notem que aceita-la não significa viabilizar que sua criança experiencie “desvios” e “distúrbios” que lhe farão mal, mas respeitar uma parte de sua identidade e, assim, autorizar que seja quem é.

Quando começam a frequentar uma terapeuta especializada em não conformidade de gênero e infância e ela comunica sua avaliação à família, não se trata de nenhuma surpresa para Hillary: “seu tempo com Ryland confirma o que já sabemos. ‘Em meu coração e entranhas, eu já sabia da verdade sobre Ryland. Só precisávamos de um profissional para nos apoiar e confirmar o que sabíamos ser o melhor’” (ibid.: 136-138). Essa profissional, contudo, não é um psiquiatra; é uma assistente social e psicoterapeuta.

Novamente, vemos o mesmo caminho percorrido por Lori Duron em “Raising my Rainbow”. Logo ao criar o blog e começar a escrever sobre o filho, ela apresentava suas particularidades de comportamento e visão de si como possíveis indicativos de que seu filho fosse gay. Seus leitores LGBTQ a alertaram quanto a diferenças entre identidade de gênero e sexualidade, afirmando que seria muito mais provável que seu filho fosse gênero não-conforme. Ao lerem sobre o assunto, tiveram a sensação de finalmente nomear apropriadamente a experiência de C.J., de conhecer a categoria que correspondia de modo preciso a seus modos de agir e ver a si mesmo.

Também leu livros de psicólogas, como “Gender Born, Gender Made” de Diane Ehrensaft, que não só é especialista no tema como também tem um aspecto pessoal de envolvimento com questões de gênero: seu filho era gênero não-conforme e depois passou a se identificar como homem gay. A autora ajudou Duron a compreender o aspecto multifatorial da não conformidade de gênero (psíquico, talvez biológico, mas também cultural), reaprender a valorá-lo (não como um problema, mas uma benção – a liberdade de ser quem se é) e rever como lidar com isso em relação ao próprio filho, reconhecendo sua autonomia e autodeterminação:

Seu modelo para criar crianças gênero-criativas é “seguir o caminho traçado pela criança e ir aonde ela nos leva. É supor que a criança muito provavelmente vem até nós com sua criatividade de gênero intacta, em vez de ser moldada depois do nascimento por pais infelizes que têm algum tipo de pauta de gênero distorcida ou são incapazes de estabelecer limites apropriados a seus filhos e prover orientação de gênero apropriada. (ibid.: 117)

O reconhecimento, por parte de uma pessoa que não apenas é especialista no tema como também passou pela experiência de criar uma criança em não conformidade de gênero de que a transgeneridade é algo próprio da criança, de sua identidade, tranquilizou Duron; também tornou legítimo o que ela intuitivamente já considerava o mais adequado: permitir que C.J. tenha

segurança e confiança para ser e fazer o que o faz feliz. O papel dela e do marido era amar, não mudar o filho, e tornar o mundo um lugar mais acolhedor para ele (ibid. 57).

A experiência de outras pessoas e os argumentos de especialistas em gênero lhe dão a convicção de que a identidade e expressão de gênero não-conforme são algo próprio de C.J., de sua forma de estar no mundo – não uma doença psiquiátrica, de um “transtorno”. A única experiência que teve com um psiquiatra é narrada em um capítulo breve – o médico que consultam apresenta aos pais um questionário cujo título é “teste para desvio sexual” cheio de perguntas referentes a práticas violentas contra si e outros, masturbação e tentativas de realizar sexo com outras pessoas (ibid.: 87-88). Isso provoca extrema indignação a ambos, e a mãe decide que ela procuraria informações por si mesma e se tornaria a especialista em seu próprio filho (ibid.: 88). Também ao conhecer a história dos modos como médicos lidaram com essa não-conformidade, como com terapias de conversão, fica horrorizada (ibid.: 90).

É interessante notar aqui quais são os sentidos de infância e transgeneridade em evidência, bem como os regimes de discursividade reiterados e afastados pelas autoras. Ambas de modo algum associam infância a incompletude, a uma incapacidade de autoconsciência. Elas reiteram a todo momento que seus filhos são o que são e têm plena convicção disso – mais: lutam por esse reconhecimento. Ryland em “Raising Ryland” nos é apresentado como alguém que conhece com extrema lucidez a si mesmo e sabe que é um menino “por dentro”; seu desafio é fazer outras pessoas entenderem isso. Quanto a C.J. em “Raising my Rainbow”, sua identificação com formas de apresentação de si e práticas (brinquedos, esportes, cores) associadas ao feminino é narrada como tão autêntica, tão consistente e tão “natural” que é impossível apreendê-la como algo “ensinado”. Pelo contrário: controla-la, reprimi-la ou tentar substituí-la por elementos socialmente lidos como masculinos provoca sofrimento na criança.

Mas essa transgeneridade não é apresentada como algo patológico que se manifestaria tão cedo por ser doença mental congênita que mereça resposta terapêutica. Em verdade, como vimos, a liberdade de sua manifestação é apresentada por Duron em “Raising my Rainbow” como um presente, uma abertura a outras formas de existência que se opõem a paradigmas cisnormativos de gênero. Seu filho e outras crianças em não conformidade de gênero teriam se libertado de amarras sociais que nos constroem a todas as pessoas cisgêneras.

Lemos aqui a transgeneridade não pelas lentes de médicos – lentes essas que foram responsáveis, ao longo da história das subjetividades trans, por enquadrar¹³ o olhar direcionado a

¹³ O termo não é fortuito. Uso-o tendo como referência a noção de “framing” de Judith Butler, como molduras que ao mesmo tempo restringem e configuram o olhar (2017) – demarcando o que pode ser mostrado, os limites do visível e o domínio de operação do debate público: “um modo pelo qual o entendimento hegemônico da política é atingido é

experiências de pessoas principalmente a partir do último terço do século XIX e tendo como momento definidor os anos 40 da década de XX. De acordo com Jorge Leite Jr., este é o momento em que endocrinologistas e psiquiatras cunham oficialmente o termo “transexualismo”/“transgenderismo” como distúrbio de ordem mental que afetaria o modo como a pessoa doente veria a si própria. Seu sexo seria incontestavelmente definido pela biologia, determinado na concepção e imutável. Contudo, a pessoa se identificaria com o sexo oposto, motivada por aspectos psíquicos e sociais (2011).

Esse entendimento patologizante, fundado em critérios diagnósticos que diferenciariam o “verdadeiro” transexual ou transgênero de sujeitos que experienciariam outras “doenças mentais” (como a travestilidade) ou práticas consideradas eventualmente normais mas imorais (como a homossexualidade a partir de sua retirada do CID em 1990), levou à inclusão do “transexualismo”/“transgenerismo” como transtorno mental na Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde em 1978 – sua retirada desse rol de doenças apenas se deu agora em 2018¹⁴. Os efeitos desse enquadramento são evidentes: ele organizou o acesso de pessoas trans a direitos e a serviços de saúde em diversos países e lançou bases para a padronização do olhar hegemônico sobre suas subjetividades até o dia de hoje¹⁵.

Essa referência de entendimento é, por sinal, criticada pelas autoras dos dois livros. Se em “Raising Ryland” não há muito interesse ao que psiquiatras têm a dizer, em “Raising my Rainbow” o encontro com o especialista, como vimos, é narrado de forma quase grotesca. O que é tão interessante nessas biografias é que o processo de aprendizado e de reconhecimento de experiências de gênero de seus filhos se dá a partir de dois conjuntos de referências: psicólogos especialistas em gênero e pessoas que passaram pela experiência da transgeneridade – elas mesmas ou parentes próximos, como filhos. Ambas, lendo muitos livros autobiográficos ou de especialistas e se consultando com psicoterapeutas; Hillary Whittington, em grupos de apoio de pais de crianças e adolescentes LGBTQ; Lori Duron, escrevendo em seu blog e entrando em contato com leitores LGBTQ ou mães assim como ela.

pela circunscrição do que será ou não admitido como parte da esfera política em si. (...) Para produzir o que constituirá a esfera pública, no entanto, é necessário controlar o modo como as pessoas vêem, como escutam, o que vêem.” (2006: xx).

¹⁴ Neste ano, a OMS comunicou que transgeneridade seria retirada do rol de doenças mentais e recategorizada como “condição relacionada a saúde sexual”, qualificada especificamente como “incongruência de gênero”. Ainda que não seja mais considerada doença, a classificação é evidentemente problemática. Para mais informações, conferir: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fcd%2fentity%2f411470068> (último acesso em 01/11/18)

¹⁵ Debruço-me mais detidamente sobre a influência desse olhar hegemônico patologizante sobre subjetividades trans em seu processo de luta por direitos no Brasil em minha dissertação de mestrado (LIMA, 2015).

Vemos aqui duas quebras de expectativa em relação a imagens de infância e transgeneridade associadas a regimes de discursividade selecionados para fazê-las inteligíveis. O discurso usualmente associado a infância principalmente em articulação a gênero, mostram-nos as autoras, parte de um duplo pressuposto aparentemente contraditório, mas bastante significativo do sentido generificado de pessoa que subjaz o discurso: de um lado, vemos a noção de que crianças não têm entendimento suficiente para saber quem são – como folhas em branco, precisam de tempo e amadurecimento para receber informações, aprender e se tornar, então, sujeitos capazes de autodefinição¹⁶. De outro lado, vemos a noção de que gênero seria um epifenômeno do sexo – portanto, o desenrolar necessário e evidente de algo definido no seu processo de gestação, a partir de cromossomos, gônadas, aparelho reprodutor, hormônios e genitais. Logo, qualquer identificação que crianças manifestassem em relação a práticas, gestos corporais, expressões e objetos associados a outro gênero seria apenas passageira, contrária a sua natureza. Uma fase a se enfrentar, não estimular.

Temos, portanto, duas afirmações em sentidos contrários – incompletude e essência definida. Mas por que então não seria contraditório? Principalmente por conta do sentido de pessoa¹⁷ marcada pelo gênero que organiza o entendimento do discurso. Entre as pessoas que criticavam ou questionavam o reconhecimento, pelas mães, da transgeneridade de suas crianças, quedava evidente a noção de pessoa como indivíduo marcado por uma essência significativa de sua identidade desde o início – a saber, o sexo, uma espécie de granito ontológico¹⁸ que alguém tem e que expressa e comunica a verdade de quem se é¹⁹. A partir desse fundamento de verdade, desse

¹⁶ Clarice Cohn já havia sinalizado que há um certo sentido hegemônico de criança: “em várias esferas, que vão do senso comum às abordagens do desenvolvimento infantil, pensa-se nelas como seres incompletos a serem formados e socializados.” (2005: s.p.) De acordo com a autora, ao longo da história da antropologia vemos essa inferência de sentido sendo organizadora do trabalho etnográfico e do olhar que antropólogos de peso direcionavam a crianças inclusive em contextos não ocidentais. Mapeando as escolas culturalista e funcional-estruturalista, a autora nota que, malgrado suas contribuições incontestáveis, o pressuposto de que crianças são receptáculos de cultura que aos poucos a preenchem e as tornam, com o passar dos anos, inseridas na vida social até atingirem o ponto ótimo da vida adulta foi extremamente limitador; fazia com que pouco interesse se atribuísse ao mundo das crianças, levando a certa invisibilização de suas práticas e formas de existência em si mesmas, não como mera etapa até a vida adulta. O ponto de virada, afirma a autora, foi uma revisão de conceitos fundamentais à disciplina ocorrido principalmente ao longo da década de 60, levando à reorganização do olhar sobre crianças como atores sociais que têm papel ativo na cultura e merecedores de atenção antropológica.

¹⁷ Não cabe nesse artigo fazer um apanhado da produção antropológica sobre a noção de pessoa – principalmente ao levarmos em consideração que esse se tornou um grande tema ao longo da história da disciplina. É importante salientar, porém, que tomo como referências fundamentais o texto seminal de Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro (1979) e o excelente apanhado histórico com intuito propositivo feito por Goldman (1996).

¹⁸ Expressão que tomo de empréstimo de Thomas Laqueur (2001).

¹⁹ Autores como Judith Butler e Paul Preciado já haviam sugerido o mecanismo performativo de atribuição dessa materialidade significativa, imutável, ao sexo nas sociedades ocidentais. Em “Cuerpos que importan”, Butler logo na introdução atenta para os efeitos de poder de materialidade do sexo ao torna-lo indiscutível politicamente em virtude da produção normativa, reiterada, de sua natureza fundacional: “La categoría de ‘sexo’ es, desde el comienzo, normativa; es lo que Foucault llamó ‘un ideal regulatorio’. Em este sentido pues, el ‘sexo’ no sólo funciona como norma, sino que además es parte de una práctica reguladora que produce los cuerpos que gobierna, es decir, cuya

grau zero que seria representado pela infância já contudo marcada em termos de sexo, o indivíduo se desenvolveria, seguindo uma lógica evolutiva, a partir de um acúmulo e absorção de conhecimento em sua relação com outros indivíduos e imerso, controlado pela sociedade, até se tornar autoconsciente, independente.

O que as mães e as crianças nos mostram é que embora haja um inegável processo de amadurecimento e aprendizado pelo qual estes precisem passar – o que seria possível apenas a partir da relação estabelecida com adultos como pais e outros parentes, amigos, cuidadores e professores, e em interação com outras crianças – há uma capacidade de elaboração e leitura de si incontestável. Isso se dá, inclusive, em oposição às expectativas das próprias mães: enquanto elas tentavam controlar os brinquedos que preferiam, as roupas que gostariam de vestir e o modo como se apresentavam ao mundo, tanto C.J. quanto Ryland resistiam consistentemente e reafirmavam, por olhares, expressões de frustração e tristeza e, eventualmente, verbalizações articuladas que tinham certeza do modo como viam a si mesmos e dos elementos que preferiam mobilizar para revelar essas imagens de si e a absoluta imprescindibilidade disso para sua felicidade. Trata-se de um questionamento, assim, à noção de uma inaptidão completa à reflexividade que apenas seria reduzida paulatinamente.

Os questionamentos também se dão no que toca ao senso comum de que teriam nascido com uma definição imutável, estável e unívoca de sexo que seria um dos eixos de significação de sua identidade, causa direta de seu gênero e ponto de partida em seu processo de definição gradual e evolutiva como pessoa. Tanto C.J. quanto Ryland demonstram, de modos distintos, uma evidente oposição aos elementos que compõem a aceção de “sexo” – embora caracteres biológicos os submetam a um olhar que lê uma verdade incontestável, o que essas crianças fazem é negá-la através de uma série de meios.

fuerza reguladora se manifiesta como una especie de poder productivo, el poder de producir – demarcar, circunscribir, diferenciar – los cuerpos que controla. (...) lo que constituye el carácter fijo del cuerpo, sus contornos, sus movimientos, será plenamente material, pero la materialidad deberá reconcebirse como el efecto del poder, como el efecto más productivo del poder” (2008: 17-18). Em “O manifesto contrassexual”, por sua vez, Preciado assevera, estendendo a reflexão de Butler, a articulação entre essa produção da natureza incontestável, essencial e unívoca do sexo e a geração de pessoas – portanto, o ato performativo de atribuição dessa materialidade definidora da identidade desde o início da existência: “Por trás da pergunta ‘é menino ou menina?’ esconde-se um sistema diferenciado que fixa a ordem empírica tornando o corpo inteligível graças à fragmentação ou a dissecação dos órgãos; um conjunto de técnicas visuais, discursivas e cirúrgicas bem precisas que se escondem atrás do nome ‘atribuição de sexo’. (...) Antes do nascimento, graças à ecografia - uma tecnologia célebre por ser descritiva, mas que não é senão prescritiva – ou no próprio momento do nascimento, nos foi atribuído um sexo feminino ou masculino. O ideal científico consiste em evitar qualquer ambiguidade fazendo coincidir, se possível, nascimento (talvez no futuro, inclusive fecundação) e atribuição de sexo. Todos nós passamos por essa primeira mesa de operações performativa: ‘é uma menina!’ ou ‘é um menino!’ (...) Mas o processo não para aí. (...) A interpelação não é só performativa. Seus efeitos são prostéticos: faz corpos.” (2017: 128-130).

Ryland, por exemplo, ainda quando estava desenvolvendo a fala após a implementação do implante coclear, manifestava de modos verbais e não verbais o seu desgosto por roupas consideradas femininas e o desejo de usar roupas consideradas masculinas. Após ganhar uma camisa não ostensivamente “de menina” (de botão, xadrez, com as cores bege, preta e vermelha) pela primeira vez, recusa-se a usar outra coisa:

“Issu, mamãe”, Ryland aponta, enquanto estou dobrando as roupas e guardando no seu armário. “Quer vestir a saia que é conjunto da blusa?” “Não. Issu.” Eu desdobro a camisa e ponho nela. No dia seguinte, ela pede para usar de novo, e então de novo, e o pedido continua incessantemente. Conforme as semanas e os meses seguem, ela luta mais... e mais... para usar roupas similares a essa. Com o tempo, vejo um padrão tão claro quanto a marca da Burberry: Ryland só sai de casa em paz vestida com roupas mais próximas de um estilo masculino.

(...) Começo a perceber uma relação entre isso e o seu hábito recorrente de fazer xixi na calça; Ryland sabe que se ela tem um acidente com uma roupa específica, então eu a tirei e às vezes serei forçada a jogar fora de vez. (2015: 73-74)

Com o passar do tempo e maior domínio da linguagem, Ryland vai se tornando cada vez mais veemente: grita “SOU UM MENINO” quando a mãe escolhe um avatar feminino para que participe de um jogo de computador (ibid.: 81); diz que não quer ir a lugares – inclusive sua própria festa de aniversário – quando tem que usar roupas femininas (ibid.: 90); e tem um ataque de choro quando, no cartão de família de natal, a mãe o representa como uma menina de cabelos longos, dizendo aos soluços “Como você pôde fazer isso comigo? (...) Fazer um parecer assim?! (...) Como uma garota!” (ibid.: 114). Por outro lado, a partir do momento em que os pais começam a reconhecer sua identidade de gênero masculina e permitem que ele se defina e se expresse com sinais lidos como masculinos, Ryland vai se tornando mais confiante, mais eloquente e menos ansioso – chega a pedir à mãe, aos 6 anos, para compartilhar sua história no dia do empoderamento trans no Centro LGBT de San Diego em frente a um auditório com centenas de pessoas (ibid.: 217).

Vemos, portanto, que o sexo feminino assignado a Ryland ao nascer não determinou de modo algum que veria a si mesmo como uma pessoa feminina; Ryland reiteradamente e de forma cada vez mais intensa e ostensiva rejeitou elementos lidos como femininos em termos de vestuário, brinquedos e brincadeiras, formas de designação, etc. O sexo tampouco estabilizou seu gênero como feminino de modo incontestável. Contudo, o modo como Hillary interpreta a sua identidade de gênero diz muito sobre o sentido atribuído à transgeneridade, inclusive a partir da mobilização de alguns dos elementos característicos da categoria “sexo”. Vejamos:

Ser um tomboy é uma fase, e a coisa com a qual estou lidando definitivamente é mais do que uma fase. Fases acabam, e essa coisa tomboy não está acabando – pelo contrário, com

o tempo, está crescendo e se tornando muito mais forte. A masculinidade de minha criança está profundamente encravada em quem Ryland é. Eu li que a diferença entre uma criança transgênero e uma tomboy é que tomboys estão ok com seus corpos físicos – eles são como garotas que gostam de coisas de menino. Ryland não é assim. Em vez disso, ela nos mostra mais e mais que preferiria ter um corpo de menino. Ela também segue os três critérios que estou aprendendo nos livros: é insistente, consistente e persistente, e ela tem sido assim por mais de três anos. A apresentação masculina vem se delongando muito persistentemente, e não mostra sinais de partir tão cedo. (...) Talvez Ryland esteja certa – talvez em seu interior, em seu cérebro e coração, ela realmente é um menino. (ibid.: 104)

Sua identidade de gênero, assim, é equiparada à noção de sexo nos termos hegemônicos de constituição da pessoa: há um caráter definitivo, essencial, que acompanha o sujeito desde o início de sua existência e constitui a verdade imutável de si. Contudo, há uma recusa em atribuir uma natureza estritamente biológica a essa identidade. Embora faça referência a dois órgãos do corpo – cérebro e coração –, o dito sugere ser muito mais metafórico do que literalmente calcado em aspectos cardiológicos e neurológicos. Hillary sugere que Ryland se sente (coração) e se percebe (cérebro) como um menino, malgrado elementos biológicos que definiriam seu sexo.

Essa forma de apresentação da transgeneridade – como a transição de uma identidade definida por aspectos biológicos do sexo a partir de uma expressão e um sentimento de si que tem lugar na psique e nos afetos e também é imutável e definidora da subjetividade – é interessante porque sinaliza não só uma outra possibilidade de apreensão da pessoa como também nos evidencia as referências psicológicas e autobiográficas que Hillary usa para apreender as mensagens que Ryland está lhe comunicando sobre si.

Já C.J., como vimos, se entristece muito com os brinquedos considerados masculinos que ganha de natal. Também começa a se vestir com roupas femininas e isso traz uma evidente felicidade a ele (2013: 26). Refere a si mesmo no feminino publicamente, e sem se importar com o que desconhecidos pensariam (ibid.: 43), e tem paixão pelo que é categorizado como coisas “de menina.” Mas essa preferência por e identificação com o feminino, embora não se apresentem como uma fase passageira e sejam um aspecto bastante relevante de quem C.J. é, não é apresentada por Lori Duron como a verdade que expressa de modo imutável e essencial uma identidade feminina – não em oposição a e exclusão do masculino. Trata-se muito mais de um deslocamento da expectativa normativa associada à ideia de sexo como dois polos exclusivos, excludentes e imiscíveis, e cujo pertencimento a um deles inviabilizaria qualquer identificação com o outro e definiria de modo incontestável um gênero único.

Da mesma forma que Hillary, situa de modo metafórico a distinção que faz entre sexo, gênero e orientação sexual: afirma que “o sexo de uma pessoa se refere ao que há em suas calças,

o gênero ao que há em seu cérebro e a sexualidade ao que há em seu coração” (ibid.: 60). Com isso, não quer dizer de modo algum que a não-conformidade de C.J. é uma questão psiquiátrica, mas que se trata do modo como ele se pensa e organiza a própria existência.

É por isso que referências da psicologia e da narrativa memorialística são tão importantes. No primeiro caso, trata-se de um aval institucional: no início dos anos 2010 a Associação Americana de Psicologia já defendia, muito antes da OMS, a despatologização das subjetividades trans afirmando que identidade de gênero é um atributo do indivíduo, e não pode ser pensado em termos de normalidade ou doença. Também aconselhava pais a permitirem que seus filhos explorassem gênero e se mostrarem abertos a um diálogo sem repressão, educarem a si mesmos sobre diversidade e conversarem com outras famílias com crianças que também não têm conformidade de gênero. O problema detectado pela instituição já em 2015 não é a não-conformidade, mas as expectativas normativas e o estigma social recaído sobre pessoas trans, em especial as muito jovens, bem como o sofrimento psíquico que causam²⁰.

Quanto ao segundo caso, trata-se uma expansão de horizontes de possibilidade a partir da ocupação do espaço do discurso por outras vozes que não apenas a adulta cisgênera pautada no enquadramento médico, criticando sua pretensa universalidade e autoridade. Ao ler ou ouvir histórias de adultos e crianças trans contadas por eles mesmos ou seus familiares, Lori, Hillary e seus maridos percebem que seus filhos não são anomalias – que suas experiências subjetivas são comuns, e outras crianças manifestam muito cedo a certeza de transidentificação; que pessoas trans podem ser felizes se têm sua existência livre reconhecida, respeitada e acolhida. Essas narrativas criam outros enquadramentos, outros sentidos e valores atribuíveis à infância e à transgeneridade e seu compartilhamento remodela redes de acolhimento e comunidades. Lori e Hillary romperam vínculos com amigos e parentes que consideravam seus filhos doentes e suas condutas como mães erradas, mas refizeram outros com pessoas que as ajudaram a dar inteligibilidade aos processos de seus filhos.

Talvez um dos aspectos mais bonitos e tão profundamente políticos dessa referência memorialística seja seu caráter retributivo; também nos mostra o aspecto relacional e não individualista de biografias. Assim como Lori e Hillary e seus filhos tiveram seus horizontes expandidos e encontraram espaços de acolhimento em narrativas (auto)biográficas, pretendem fazer com que outras pessoas também vivenciem isso com a publicação de seus livros.

A decisão de Lori de começar a escrever sobre a jornada de seu filho e sua família, inicialmente criando um blog e depois compilando seus textos lá publicados em livro, deu-se

²⁰ Ver mais em: <https://www.apa.org/news/press/releases/2015/11/psychology-transgender.aspx> (último acesso em 02/11/18).

movida pelo desejo de usar a palavra escrita como uma forma de reflexão pública sobre essas transformações, e de apresentação honesta e sensível de outras formas de existência que não a cisnormativa de modo que sentidos atribuídos a pessoas e à comunidade LGBTQ mudem:

Esperançosamente, ao provocarmos sensibilização ao tema eventualmente começaremos a desencadear mudança e aceitação. Eu nunca planejei ser uma militante; só esperava que ao dar às pessoas um vislumbre em nossas vidas, suas percepções sobre crianças LGBTQ pudessem começar a mudar. Que eles vissem que nós não somos esquisitos, perigosos ou assustadores; somos apenas diferentes. Se todo mundo fosse igual ou “normal”, esse mundo seria um lugar muito entediante. Pessoas como C.J. trazem cor ao mundo”. (ibid.: 253)

Estes foram os mesmos objetivos de Hillary Whittington ao decidir escrever “Raising Ryland” (2015), descritos logo nas primeiras páginas: mostrar a pessoas transgênero como seu filho que não estão sozinhas, que seu filho passou pelo mesmo que elas e, se há acolhimento e afeto para ele, há para pessoas como ele também; informar quem estiver interessado em aprender mais sobre o tema da transgeneridade; e revelar os conflitos que viveram nessa etapa de assunção da identidade de Ryland para que pessoas entendam porque estão comprometidos em tornar o mundo um lugar mais acolhedor tanto para pessoas cisgêneras quanto transgêneras.

Contudo, como vimos, isso não partiu das duas mães natural e espontaneamente, e é por isso que esses livros não são autobiografias delas – ambas não tinham conhecimento algum sobre questões trans. Hillary vinha de uma família conservadora e Lori, embora tivesse um irmão gay, não conhecia nada sobre a letra “T” do movimento LGBTQ. O que as instou a mergulhar em sentidos e ressignificações da transgeneridade, bem como se engajar na proliferação de vozes e mundos mais diversos, foram seus filhos e sua insistência em serem ouvidos e compreendidos.

Considerações finais: mães, filhos e subjetividade política

Ao longo deste paper tentei delinear, ainda que brevemente, elementos que organizam a composição literária destas duas biografias de crianças trans – em especial sentidos de infância, gênero e transgeneridade, e suas implicações na formulação de sentidos de pessoa. Tentei também demonstrar como a própria noção hegemônica de biografia como escrita de vida individual precisa ser colocada em xeque. Tudo isso tem efeitos políticos.

Em outro momento (LIMA, 2016) investiguei como o entendimento da transexualidade a partir de uma linguagem médica e patologizante era extremamente cruel e normativo, mas também se tornava o fator de sustento de uma razão humanitária: magistrados de Tribunais de Justiça Estaduais do país, mobilizando literatura e regulamentos médicos, qualificavam a transexualidade como transtorno mental que provocava sofrimento no sujeito portador. A pessoa transexual era

qualificada como vítima de uma patologia, da incoerência e dualidade que a doença suscita. Magistrados se viam no papel de algum modo minorar esse sofrimento e promover o bem-estar, a “normalidade” do(a) requerente – nem que fosse em termos jurídicos, permitindo a retificação de seus documentos de identificação. Havia uma lógica de reconhecimento da titularidade a direitos como parte de uma economia moral que enfrenta e repara a vulnerabilidade da requerente. O que fazer, então, se a gramática da doença é afastada? Como garantir a subjetividade política?

As mães autoras empreendem isso a partir de outro regime de moralidade. Ambas afirmam ter decidido reconhecer a identidade de gênero de seus filhos e desejado atuar mais publicamente em termos de garantia de direitos a juventudes trans a partir de uma revisão de sentidos de gênero e transgeneridade – mas há algo que apresentam como anterior a isso. Lori Duron afirma que seu desejo e sua luta por um mundo melhor vêm de seu amor incondicional por C.J. O desejo de vê-lo feliz como o via quando podia se expressar a partir de elementos femininos. Diz: “sou uma mãe, e tenho os mesmos desejos primordiais para meus filhos que qualquer pai tem: saúde, felicidade, segurança, vida longa, etc.” (2013: 78).

Hillary Whittington é movida pelos mesmos desejos “de mãe”, mas parte de outra abordagem: ela afirma logo nas primeiras páginas do livro que decidiu aceitar a transgeneridade de seu filho quando descobriu que 41% das pessoas trans tentavam suicídio com menos de 20 anos: “Eu fiquei sem fala, mas isso detonou certo empoderamento em mim. Antes disso eu estava perdida, mas agora tinha uma direção: eu *não* perderia *minha* criança desse jeito” (2015: 3 – itálico no original). Ao longo do livro o argumento é reiterado, e na conclusão tem novamente centralidade: “Essa é uma das mais poderosas e inspiradoras lições a se tirar disso: fizemos uma escolha de fazer o que é certo para nossa criança não apenas quando ela é jovem, mas seguindo em direção ao futuro. (...) um ambiente de forte apoio influencia o quão facilmente crianças se aceitarão.” (ibid.: 246)

Nos dois casos, o que está por trás de seus argumentos e legítima não só os embates em defesa de seus filhos, mas também a escrita e a força política desta é a maternidade. O amor incondicional e o desejo desesperado de proteger seus filhos reordena zonas de legitimidade, deslocando a suspeição sobre subjetividades trans. O lugar de enunciação reivindicado é um dos de maior prevalência moral na história do imaginário social euro-americano. Seu acionamento, bem como o do vínculo primordial entre mãe e filho são elementos fundamentais à aceitação social dos próprios conflitos e escolhas tomadas pelas mães, bem como de seus filhos.

Isso porque, seguindo esse imaginário e a mobilização deste por elas, enquanto mães elas teriam acesso incomparável e irrefutável à verdade de quem seus filhos são, de modo muito mais profundo do que médicos – como a própria Lori Duron afirmou. É o apelo a esse lugar moralmente

privilegiado e a uma linguagem emotiva que permite que construam legitimidade para lutar por direitos de seus filhos e estender isso a outras crianças transgênero – afinal, a sua condição de mãe as conectaria a outras mães e permitiria empatizar com seu sofrimento e vulnerabilidade, assim como o de seus filhos (VIANNA; FARIAS, 2011)²¹.

Mas isso significa então que a elas se atribuiria protagonismo político em detrimento de seus filhos? Penso que não. O que elas fazem com esse lugar de enunciação é muito mais interessante do que a tomada de centralidade no debate por direitos. Como elas descrevem ser mãe de uma criança trans pode nos dar a chave para a subjetividade política reivindicada para esses meninos.

Lori, já próxima à conclusão do livro, ao refletir sobre o que significa essa maternidade particular, afirma: “Apoio é a chave, não conduzindo a criança em nenhuma direção mas seguindo seu comando” (2013:218). Já Hillary, na introdução de seu livro, declara na primeira página que quem já educou milhões de pessoas sobre transgeneridade não é ela, mas Ryland; ele é a “criança que voluntariamente se colocou diante do público em um esforço de trazer compreensão a demandas de 700.000 americanos, mais os números desconhecidos, que são transgênero” (2015: 1-3). Se considerarmos isso, mais as constantes caracterizações de suas jornadas como um processo de aprendizado com seus filhos ou de reeducação a escutá-los, torna-se evidente: elas mobilizam o seu lugar de prevalência moral para reivindicar o reconhecimento da subjetividade política deles. Assumem os holofotes apenas por tempo suficiente para dizer: vocês precisam escutá-los também. E reconhecer suas vozes, suas vulnerabilidades, seus direitos.

E é justamente por isso que seu lugar fundamental nessas biografias não as torna as únicas biografadas, assim como seus filhos não o são. Também não significa dizer que as vidas dessas crianças são determinadas por suas mães – principalmente quando elas mesmas dizem que suas existências e suas formas de atribuir sentido ao mundo foram completamente transformadas por seus filhos. Esses escritos nos apresentam encadeamentos de relações que desfazem e refazem sujeitos. Suas vidas apenas se tornam significativas no contexto dessas relações.

²¹ Estudos sobre a participação política de movimentos de mães a partir de um olhar da antropologia das emoções abundam. Eu particularmente tomo como referência, aqui, a etnografia de Adriana Vianna e Juliana Farias (2011) sobre o movimento de mães de mortos pela polícia militar do Rio de Janeiro e a atenção que dedicam ao protagonismo simbólico dessas mulheres – em especial a mobilização de um trânsito entre casos individuais e uma luta coletiva.

Referências bibliográficas

- BLUEBOND-LAGNER, Myra; KORBIN, Jill E. Challenges and Opportunities in the Anthropology of Childhoods: An Introduction to “Children, Childhoods and Childhood Studies”. In: **American Anthropologist**, New Series, Vol. 109, No 2, In Focus: Children, Childhoods and Childhood Studies (Jun. 2007), pp. 241-246.
- BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. 2nd ed. New York: Verso, 2006.
- _____. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. 2^a ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- _____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (versão disponível para Kindle, não paginada)
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. 2^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- DURON, Lori. **Raising My Rainbow: Adventures in Raising a Fabulous, Gender Creative Son**. New York: Broadway Books, 2013.
- ENKE, A. Finn. The Education of Little Cis: Cisgender and the Discipline of Opposing Bodies. In: STRYKER, Susan; AIZURA, Z. Aren (ed.). **The Transgender Studies Reader 2**. New York and London: Routledge, 2013.
- GOLDMAN, Marcio. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de Pessoa. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1996, v. 39, n° 1. Pp. 83-109.
- JAMES, Allison. Giving Voice to Children’s Voices: Practices and Problems, Pitfalls and Potentials. In: **American Anthropologist**, New Series, Vol. 109, No 2, In Focus: Children, Childhoods and Childhood Studies (Jun. 2007), pp. 261-272.
- KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011.
- LIMA, Luiza Ferreira. **A “verdade” produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- _____. Em busca da pessoa transexual “verdadeira”: sobre a produção de dignidade e cidadania diferenciais. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, n° 25, pp. 267-292, 2016.
- PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: Práticas subversivas da identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas. In: **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, N° 32, maio de 1979. Pp. 2-49.
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. In: **cadernos pagu** (37), julho-dezembro de 2011, pp. 79-116.
- WHITTINGTON, Hillary; GASBARRE, Kristine. **Raising Ryland: Our Story of Parenting a Transgender Child With No Strings Attached**. New York: HarperCollins Publishers, 2015.